



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em

Saúde Coletiva

Brasil

Nery Guimarães, Reinaldo Felippe
Sair da resistência e partir para novas competências
Ciência & Saúde Coletiva, vol. 15, núm. 4, julio, 2010, pp. 1913-1915
Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63018747005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Agradecimento

Para grande espanto da portaria e da fila do elevador, o deus romano Janus, com sua cabeça bifrontal, subiu ao quarto andar do Instituto de Saúde na Bela Vista, São Paulo, e teve solene ingresso em minha sala: “Queremos falar!”. Deilhes a palavra.

Referências

1. Minayo MCS. “Pós-Graduação em Saúde Coletiva de 1997 a 2007: desafios, avanços e tendências”. *Cien Saude Colet* 2010; 15(4):1897-1907.
2. Latour B. *La science en action: introduction à la sociologie des sciences*. Paris: La Découverte; 2005.
3. Jano. In: Wikipedia [site da Internet]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jano>
4. Bourdieu P. Quelques propriétés des champs. In: Bourdieu P. *Questions de sociologie*. Paris: Les éditions de minuit; 2002.
5. Garcia JC. Juan César García entrevista a Juan César García. In: Márquez M, Rojas OF, compiladores. *Juan César García: su pensamiento en el tiempo, 1984-2007*. La Habana: Sociedad Cubana de Salud Pública; 2007.
6. Marx K. Teses sobre Feuerbach (1845). [site na Internet. Disponível em: www.marxists.org/portugues
7. Fleck L. *Génese et développement d'un fait scientifique*. Paris: Éditions Flammarion; 2008.

Sair da resistência e partir para novas competências

Leaving the resistance
and following to new competences

Reinaldo Felipe Nery Guimarães⁴

Conforme as evidências apresentadas pelo texto de Cecília Minayo, a pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil vem apresentando grande desenvoltura. O aumento do número de cursos, de docentes e discentes, a elevação da titulação dos docentes, o padrão centrífugo de sua distribuição regional, o comportamento virtuoso de sua produção científica, tudo conspira para uma trajetória, cuja “derivada de sucesso” é positiva e maior do que a média da pós-graduação em nosso país.

O texto de Cecília dá conta, também, de evidenciar que a “cultura” da Saúde Coletiva consti-

tante espírito de resistência em relação à hegemonia de um núcleo duro da ciência e da tecnologia brasileiras. Com Helio Oiticica, poderíamos dizer que, historicamente, “da adversidade vivemos”¹.

Mas o fato é que uma área do conhecimento com cinquenta programas em funcionamento e que titulou (2006) 190 doutores e 528 mestres talvez não deva mais se colocar à margem do sistema. Talvez a “cultura” da resistência devesse ser modulada por uma nova “cultura” de integração. Não se trata de acomodação, mas de maioridade intelectual.

Uma postura mais integrada poderia trazer a Saúde Coletiva mais para o centro dos debates sobre os dilemas do nosso sistema de pós-graduação. Não é o caso de abandonar suas especificidades mas de, ademais de modificar-se, compreender que o seu ponto de vista sobre o sistema como um todo já tem alcance e força para ajudar a moldá-lo e transformá-lo.

Esse ponto de vista vai orientar os meus breves comentários sobre o texto de Minayo. Menos do que falar da pós-graduação em Saúde Coletiva, pretendo comentar alguns pontos centrais nos quais o movimento do campo da Saúde Coletiva pode influenciar o conjunto do sistema.

Da introdução do IV Plano Nacional da Pós-Graduação (2005-2010), extraio a seguinte assertiva – *Os dados disponíveis demonstram, sobremaneira, que é no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que, basicamente, ocorre a atividade de pesquisa científica e tecnológica brasileira*².

Talvez não seja exagero afirmar que a política de ciência e tecnologia no Brasil esteja vivenciando um novo longo ciclo, iniciado no último ano do século passado, com a criação dos fundos setoriais. As mudanças ganharam *momentum* no governo Lula, com a elaboração de políticas e respectivos quadros normativos que, apenas para dar um exemplo, elevam o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em 2010 para cerca de três bilhões de reais. Entre outros aspectos muito relevantes, isso aponta para o fato de que a escassez de recursos nem de longe será mais o primeiro ponto da pauta da comunidade científica como tem sido, historicamente.

Em resumo, aquele conjunto de mudanças orienta o sistema para: (1) o aumento da capaci-

dade de indução, no sentido de que à perspectiva de mérito científico sejam agregados componentes de prioridade, definidos por atores de dentro e, principalmente, de fora da comunidade científica; (2) a ênfase no componente tecnológico e na busca da inovação, deslocando o tradicional balanço observado na pesquisa realizada em nosso país; (3) o reforço do componente empresarial, contemplando associações de empresas com grupos e instituições de pesquisa e, também, estimulando diretamente o desenvolvimento e a inovação nas empresas.

Num horizonte imediato, os ajustes decorrentes da reforma podem vir a relativizar a frase extraída da Introdução do IV PNPG² que mencionei ao início. Em outras palavras, se pode espacular, em anos vindouros, sobre o aumento da atividade de pesquisa realizada “fora” do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

É fato conhecido que, a partir da década de setenta e por mais de vinte anos, o desenvolvimento da pesquisa foi essencialmente tributário da expansão do parque da pós-graduação. Pode-se dizer que, desde os anos setenta, a pesquisa procura a (e se desenvolve na) pós-graduação. Isso porque o modelo institucional hegemonicó é a universidade, porque muitos dos maiores talentos nela estavam (e estão) e, finalmente, porque o apoio financeiro à atividade de pesquisa ao longo de um longo período esteve atrelado firmemente à expansão do sistema de pós-graduação.

Penso que a principal mudança estrutural do sistema nesse novo ciclo será uma paulatina e crescente inversão de mão nas relações entre a pesquisa e a pós-graduação. Na medida em que se consolida a nova política de ciência, tecnologia e inovação, cada vez mais a pós-graduação é quem deverá procurar a pesquisa. Em outras palavras, o que quero enfatizar com esse movimento de sentido oposto à tradição recente é que cada vez mais teremos atividade relevante de pesquisa fora da pós-graduação. E, complementarmente, observaremos o aumento do que se poderia chamar de “abertura” da pós-graduação para fora das fronteiras do próprio ensino superior, focando de maneira mais intensa as necessidades do país de uma maneira geral, além da importante missão de formar recursos humanos qualificados para a universidade. No caso da Saúde Coletiva, em direção ao SUS, por exemplo.

O principal componente de missão da nossa pós-graduação foi a capacitação do corpo docente das universidades brasileiras. Naturalmente, se o mundo extra-acadêmico passa a ter maior

importância na formação da demanda pelos egressos da pós-graduação, deverá ter maior influência nas propostas de configuração de seus demandados.

Por me parecer ocioso, não pretendo discutir a tensão existente entre os programas e cursos “acadêmicos” e “profissionais”. Pelo menos no plano conceitual, no meu modo de ver, não há qualquer dúvida sobre a importância destes últimos no panorama geral da pós-graduação e se, daqui a dez anos, o país não tiver fomentado um vigoroso parque de programas destinados a preparar profissionais de bom nível para o mercado de trabalho extra-acadêmico, com os perfis desenhados pela demanda desse mercado, creio que teremos falhado redondamente.

Uma característica importante na cena científica atual e que será muito mais intensa no futuro próximo diz respeito ao crescimento da investigação que associa o avanço do conhecimento a considerações de utilização precoce dos resultados desse avanço, modalidade de investigação conhecida genericamente como pesquisa estratégica. Nela, a necessidade da mediação – também precoce – de atores de fora do mundo da ciência é bastante comum e crescentemente relevante.

Não é apenas no campo da saúde ou das ciências da vida em geral que essa tendência se manifesta. Nas humanidades e mesmo nas ciências da natureza, haverá situações nas quais um olhar extra-acadêmico (mas não anti-acadêmico) será importante na definição de prioridades, na seleção de projetos e em sua avaliação. Imagino que, daqui a alguns anos, causará menos estranheza ouvir a voz de um movimento social na avaliação de um programa de pós-graduação no campo dos estudos sobre a violência ou de um empresário no caso de um programa de química ou de engenharia.

No campo específico da Saúde Coletiva, um vetor importante nessa direção vem se impondo com a entrada mais forte do Ministério da Saúde nas atividades de fomento à pesquisa e desenvolvimento. As necessidades do sistema de saúde pressionam crescentemente os grupos de pesquisa, seja na solicitação de respostas para problemas prementes (como ocorre no programa Pesquisa para o SUS), seja na necessidade de desenvolver competência em áreas nas quais ainda não a temos (por exemplo, no campo da avaliação tecnológica em saúde).

Penso que o retrato da pós-graduação em Saúde Coletiva revelado pelo texto de Minayo está à altura desses desafios. Mão à obra.

Referências

1. Oiticica H. Esquema geral da Nova Objetividade. In: Oiticica H. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco; 1986. p. 98
 2. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-graduação - PNPG 2005-2010*. Brasília: CAPES; 2004.
-

A autora responde

The author replies

Ao retomar a palavra, depois de ler o que escreveram os colegas a partir do artigo de debate, gostaria de assinalar como um dos pontos comuns mais relevantes que todos os quatro assinalaram a importância do que a área conseguiu até aqui, como patamar para dar passos seguros rumo a novos desafios.

Feita essa breve consideração, inicio o diálogo com o texto de Rita Barata e Ricardo Ventura. Esses dois autores, nossos atuais representantes na CAPES, reafirmam e reforçam tudo o que foi colocado sobre a área. De um lado, o vigor, o crescimento e o contínuo aumento de qualidade e da competitividade; de outro, alguns problemas reincidentes como as desigualdades regionais e entre os cursos, e os desafios de se realizar uma avaliação de mérito que também leve em conta as peculiaridades institucionais e regionais dos programas. Mas os autores vão além: valorizam, a meu ver, corretamente, o processo de avaliação da CAPES com tudo quanto ele traz de padronização, de orientação para os coordenadores e de consequências práticas. Concordo com Rita e Ricardo, pois considero o processo de avaliação da CAPES, um bem do sistema de ciência e tecnologia do país, na medida em que atua visando a tornar as pós-graduações eficientes na formação de educadores e pesquisadores de elevado nível. Segundo esses autores, nossos bons programas se equiparam hoje aos internacionais. Eles também deixam claro que, enquanto representantes, estão investindo em valorizar e aperfeiçoar, dentro de um complexo sistema de avaliação padronizado, o reconhecimento da especificidade, da riqueza e do comprometimento de nossa área com sua história e com o SUS. No entanto, como também referem, a avaliação da CAPES é apenas um instrumento de promoção da qualificação da área de saúde. Sobre isso, a

tuições como a ABRASCO investir em iniciativas tais como o Fórum de Coordenadores e processos avaliativos próprios, levando a área a se perguntar sobre questões que não constituem nem interesse específico e nem alcance da CAPES. Ou seja, não podemos esperar da CAPES o que ela não pode oferecer.

A seguir, interajo com o provocador texto de Carvalheiro, “Janus bifronte”, em que o autor, com uma beleza de estilo ímpar e com a argúcia de quem tem muita experiência, história, entendimento e compromisso, ao mesmo tempo valoriza e critica o alcance de nossas reflexões e ações: a ciência já feita, a ciência oficial que vem dos relatórios da CAPES e a ciência pulsante e presente, com toda a sua potência transformadora, bebendo na fonte originária do campo da Saúde Coletiva. A meu ver, o que faltou ao meu texto, Carvalheiro completou, entrando no mérito de um passado rico e cheio de história e militância e nas perspectivas de futuro. Eu diria, dialogando com ele, que ouvir o estabelecido aqui foi necessário e, acrédito, importante, para acompanhar a memória do que vem sendo construído como missão da ABRASCO e, também, para alertar sobre as várias possibilidades e rumos de quem só pode ousar quando tem um plano de vôo e conhece tanto o céu como o lugar do pouso provisório. O sistema de avaliação da CAPES, por mais oficial que seja e por mais tensão que gere, possui meios de atingir o mais possível a realidade dos programas e, se assim não fosse, perderia sua credibilidade. Nossa pesquisa baseou-se nos dados da CAPES, mas também foi a campo e buscou, sobretudo, aqueles que são os verdadeiros produtos de nossa ação, os egredidos. No entanto, concordo com Carvalheiro que muita coisa nos espera nesse pensar e por fazer, tanto no que se refere ao avanço científico da área como no seu irrestrito compromisso com a construção do SUS.

Pedindo licença a Carvalheiro para estender o sentido do mito narrado primeiro por Latour e depois por ele, continuarei usando a metáfora das duas frontes de Janus, mas noutro sentido. Ou seja, não para falar do contraste entre estabelecido e o pulsante, como já citado, mas para tratar da dupla cara da pós-graduação em Saúde Coletiva: comprometida e crescentemente competente na formação de alto nível e na produção científica e, ao mesmo tempo, buscando engajar-se no aprofundamento e intensificação da produção tecnológica e da inovação peculiares a nossa área. Nesse sentido, introduzo a fala de